

Educação & Ciência

Novo olhar sobre a Carta

Duas décadas depois de promulgada, a Constituição de 1988 vira alvo de debate no Jornal da Comunidade. Alunos, professores e coordenador de curso de direito concluem: somente a educação poderá efetivá-la

CAROLINE AGUIAR

cleal@jornaldacomunidade.com.br



No dia 5 de outubro de 1988, reuniram-se, no Congresso Nacional, 599 senadores e deputados federais para promulgar uma nova Constituição brasileira. Sob a liderança de Ulysses Guimarães, eles instituíram o que seria, nas palavras do então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, “o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”. Vinte anos depois, o Jornal da Comunidade promoveu um debate para discutir a chamada Constituição Cidadã.

Estudantes e professores, na condição de cidadãos, encontraram-se no auditório do jornal para desfrutar da liberdade garantida pela nova Carta e refletir sobre os avanços que ela proporcionou, as mudanças que sofreu e o que ainda pode ser melhorado. A geração que viveu os tempos duros da repressão militar e a que já nasceu à sombra da nova lei somaram críticas, sugestões e expectativas. No final do debate, a conclusão foi unânime: a Constituição de 88 libertou o Brasil, mas ainda é pouco conhecida pela população. O desrespeito às leis instituídas também entrou na discussão.

A sociedade, naquela época, via no novo texto a solução de todos os problemas. Passados 21 anos da ditadura, as liberdades e direitos passavam a ser oficialmente garantidos pelo Estado. Os constituintes estavam ansiosos para acabar com as marcas deixadas pela ditadura e só pensavam na redemocratização. A população também queria participar e mandou 72 mil cartas para a Assembléia Nacional Constituinte expressando seus anseios.

O coordenador do curso de direito do lesplan, Sinval Lucas Filho, abriu o debate lembrando, emocionado, da promulgação da Carta e confessando que aquele foi um momento mágico para a sociedade. “A minha geração não tinha o hábito da democracia, nós falávamos em democracia, mas não sabíamos o que era. A Constituição refletia os anseios dos cidadãos”, lembrou. Apesar de admitir que o texto é longo, prolixo e com algumas falhas, Sinval vê um avanço muito grande, já que a Lei Maior assegurou uma série de direitos e regalias que não existiam e ainda abriu espaço para que posteriormente fossem criados outros

estatutos, como o da criança e do adolescente.

Fernando Henrique Lopes, defensor público e professor de direito constitucional do Vestcon, ilustrou o avanço a que Sinval se referiu. “Na Constituição de 1969 os direitos individuais eram esquecidos, só apareciam no artigo 153. Já em 1988, a ordem se inverte e o preâmbulo já dá estas garantias” explicou o professor.

Ele lembrou que uma Constituição não vale nada se não condiciona a realidade e não é condicionada por ela. Em 1988, a elaboração da Constituição baseava-se nas reivindicações da população, que mandava cartas e acabou participando da criação de 122 emendas. Assim, a Carta tornou-se o retrato da realidade.



Daniel François, aluno do Vestcon, fez uma retrospectiva das mudanças vividas pelo país e mostrou a importância da Constituição Cidadã neste processo. “Nós viemos evoluindo aos poucos. Você apanhou, meu pai saiu da Universidade de Brasília quando o Exército entrou, eu fui para a rua de cara pintada. A nossa Constituição permitiu, eu pude ir para a rua lutar pelos nossos direitos”, recordou.

Acesso às leis virou o mote da discussão

Consciente da importância da Constituição e com uma visão abrangente do tema, o estudante Rafael Luiz Biegee, do 3º ano do 2º grau do CIMAN, manifestou indignação com a falta de acesso da população ao texto. O jovem decidiu ler a Constituição e confessou ter enfrentado dificuldades para entender o texto. “A idéia é muito bonita, mas sem um dicionário ao lado não dá. É difícil de interpretar. Ela é extremamente elitizada”, criticou.

Ao se deparar com as dificuldades, Rafael foi além da simples leitura e questionou o acesso da comunidade aos seus direitos. “O cara pobre, que mora na favela, não tem acesso àquilo, é apenas uma idéia, ele morre e vive sem saber que existe uma Constituição. Ele tem os direitos, mas não sabe disso. Ela (a Carta) garante os direitos, mas para quem? Para que parte da população? Quem usufrui?”, pergunta Rafael.



Ele também questionou a validade da Constituição, já que muitas leis ainda não são respeitadas. O argumento de Rafael é de que a Constituição brasileira é muito moderna, já que sempre passa por modificações, mas muito violada, enquanto a dos EUA funciona, apesar de ser uma das mais antigas do mundo. “A diferença é que nos EUA a lei é respeitada. No Brasil, muito do que está escrito passa em branco”, condena Rafael.

A dúvida do estudante aqueceu o debate. O professor Fernando Henrique concordou com Rafael, mas ressaltou que a Constituição de 1988 garantiu à população o acesso integral à Justiça. “Você tem razão. Como defensor público, vejo que as pessoas nem sabem que têm direitos, muito menos como garanti-los. Se todas as violações existem com essa gama de direitos que a Constituição nos dá, imagina se ela não nos desse?”.



Elizabeth Dias, chefe do campus da UNIP, acrescentou que o dia em que todas as leis forem seguidas,

viveremos no paraíso. “As leis estão postas e precisam ser concretizadas. Infelizmente ainda não chegamos lá”. Para ela, as pessoas devem inserir a Constituição no dia-a-dia. “A gente não pode desvincular a história da Carta da história que a gente vive”, afirmou.

Ódio à política

A resposta para todas as dúvidas não veio da Carta Magna. A conclusão foi a de que só a educação poderá levar todos a conhecerem seus direitos e colocá-los em prática. Rafael voltou a levantar polêmica ao questionar o interesse dos jovens pela política como forma de luta por direitos. “Nenhum adolescente vai gostar de política, você só ouve ‘eu odeio política’, ‘eu não quero saber disso’. Mas a política é a única forma de mudar as coisas”, argumentou o estudante.

Rafael lembrou que as notícias da televisão só falam de corrupção e CPIs, o que, segundo ele, seria um dos maiores motivos da descrença dos jovens. Mas os professores foram unânimes em dizer que a esperança está em conscientizar os adolescentes da importância da participação.

O professor Sinval Lucas Filho reafirmou que a Constituição é um instrumento que veio trazer a liberdade. “Precisamos transformar a decepção e o inconformismo em expectativa. O jovem precisa mudar sua forma de pensar e isso só vai acontecer por meio da educação”, argumentou o professor.

Quanto às mudanças sofridas pela Constituição, a maioria apóia as emendas feitas pelo Congresso Nacional. Elizabeth Dias acha que as mudanças foram feitas porque a sociedade mudou. “Tudo é mutável, mas algumas pessoas questionam o excesso de mudanças. O excesso é prejudicial, mas a mudança é necessária. O mundo está mudando, os jovens não representam os jovens que nós fomos”.

A única opinião contrária foi a do professor de geografia Willer Barbosa, do CIMAN. Ele diz se sentir lesado pelas emendas. “Parece que as mudanças são criadas entre quatro paredes. Eles estão ali e você não tem participação política, você se torna uma vítima”, reflete o professor.

Jovens serão deputados durante uma semana

A Câmara dos Deputados vai realizar, entre segunda e sexta-feira (10 a 14), a quinta edição do Parlamento Jovem. O evento reunirá 78 alunos do ensino médio, com idades entre 16 e 22 anos, de escolas públicas e particulares de todo o país. Os estudantes participarão de uma jornada parlamentar que inclui apresentação de projetos e emendas, debates e votação nas comissões e no plenário.

Os participantes foram selecionados a partir da inscrição de projetos de lei nas áreas de agricultura e meio ambiente; saúde e segurança pública; economia, emprego e defesa do consumidor; educação, cultura, esporte e turismo.

Para o presidente do Parlamento Jovem de 2007, Johnny Silva Borges, 20 anos, a oportunidade de ser deputado por uma semana é única e extraordinária. “Vi que políticos trabalham muito, que a política é necessária para a sociedade e ainda aprendi a escolher melhor meus representantes”, conta. “Recomendo que os deputados do Parlamento Jovem de 2008 aproveitem todos os momentos, pois essa experiência ficará para sempre em suas vidas”, sugere.

O número de participantes é proporcional à representação parlamentar de cada estado. As maiores bancadas serão de São Paulo (11 deputados jovens), Minas Gerais (oito), Rio de Janeiro (sete), Bahia (seis), Paraná (cinco), Rio Grande do Sul (cinco) e Pernambuco (quatro). Ceará, Goiás, Maranhão e Pará terão três representantes por estado. O DF terá um representante.